

Pf

Democracia e desenvolvimento

JOSÉ SARNEY

O aspecto mais importante da História recente da América Latina é sem dúvida alguma a restauração da democracia, que se produziu no decorrer dos anos 80. Um continente que era conhecido como o domínio por excelência das ditaduras nos anos 70, ou da instabilidade política que alternava períodos breves de democracia formal com golpes de Estado e regimes de exceção nos anos precedentes, escolheu deliberadamente a democracia como sistema político.

Com a redemocratização do Chile em 1990, o processo ficou praticamente completo. A redemocratização do Brasil em 1985, para a qual eu tive a honra de participar diretamente como primeiro civil a ocupar a Presidência da República após 21 anos de regime militar, foi o momento decisivo desse processo: após 1985, com o acréscimo do Brasil ao número de países democráticos, a maioria dos habitantes da América Latina e da extensão física de seu território estava colocada sob a proteção de regimes democráticos.

Deve-se notar, entretanto, que a democracia restabelecida nos anos 80 difere fundamentalmente da que prevalecia anteriormente nesses mesmos países, porque as sociedades haviam mudado.

O caso do Brasil, nesse contexto, é muito ilustrativo: nossa população havia aumentado de cerca de 60 milhões de habitantes, em 1960, para mais de 120 milhões, em 1985; a população urbana havia em muito ultrapassado a população rural e havia-se concentrado nas grandes cidades ou nas cidades médias. A industrialização havia mudado completamente a economia do país e, em consequência, os grupos sociais ligados às principais atividades econômicas: os operários, os empregados do setor terciário e os funcionários aumentaram sensivelmente seu número e seu peso político. Novos partidos políticos deram um novo formato e uma nova participação política a esta sociedade mais complexa e mais dinâmica e permitiram a canalização das reivindicações e dos anseios sociais reprimidos durante o período militar.

Nossa democracia resistiu a desafios gigantescos: a morte de um presidente-eleito da República em 1985 e o **impeachment** de um presidente no exercício de suas funções em 1992; numerosos escândalos ligados ao Orçamento, uma eleição muito polarizada em 1989; um plebiscito que poderia ter mudado até mesmo a forma republicana de governo e assim por diante.

A maioria de nossos homens políticos de hoje foi eleita por eleitorados muito expressivos,

que apóiam um calendário de reformas e que são muito vigilantes com relação à ação dos políticos. A última eleição — as primeiras eleições gerais no Brasil desde 1950 — ocorreu em um clima de mudanças, de estabilização da economia, de uma consciência mais profunda da necessidade de reformas e da consolidação da estabilidade com crescimento econômico e justiça social. Não se trata mais de uma democracia formal ou tradicional, dominada por "caciques" locais ou por uma ordem do dia provinciana.

A democracia produz estabilidade — uma mercadoria altamente apreciada no mundo da globalização econômica, tanto mais que pudemos verificar os efeitos negativos que um conflito social mal encaminhado como o de Chiapas, no México, pode ter sobre a saúde econômica de um país, sobre sua projeção internacional e sobre a confiança dos investidores internacionais.

A democracia produz legitimidade e permite portanto que os governantes façam as opções necessárias, porque essas opções foram aprovadas ou sugeridas pela maioria dos eleitores. Mesmo que essas decisões tomem mais tempo para serem implementadas, elas são mais sólidas. Isso traz confiança e credibilidade à estabilidade.

E a democracia também se traduz em capacidade de iniciativa, em possibilidade de mudança, porque um regime democrático pode responder melhor às reivindicações sociais. Essas reivindicações, em nossos dias, dirigem-se à estabilidade política e ao fim da inflação, ao fim da corrupção e da impunidade, à reforma do Estado, à proteção dos consumidores, à melhora do nível de vida da população e dos indicadores sociais, especialmente da saúde e da educação, à eficiência das empresas, ao fim dos privilégios e dos monopólios, à elevação da qualidade dos serviços e da infraestrutura. Atender a essas reivindicações tem portanto um impacto direto sobre os países e sobre o aprimoramento das suas condições para o desenvolvimento.

Em resumo, democracia traduz-se hoje por modernização e estabilidade, dois elementos fundamentais para garantir que um país possa torna-se mais competitivo e capaz de beneficiar-se das vantagens da globalização e do fim da confrontação ideológica dos anos 90.

A democracia constitui hoje, para o Brasil, a maior certeza do seu progresso, de uma nova era de prosperidade.

Repito o que disse nas Nações Unidas, em 1985: o caminho do desenvolvimento sustentável passa por uma democracia estável e forte.

José Sarney é presidente do Senado Federal.